

**MIGRAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO:  
A (RE)FUNDAÇÃO DE TERRITÓRIOS E A ETNIZAÇÃO DE MIGRANTES  
MARANHENSES NO SUDESTE DO PARÁ**

*Idelma Santiago da Silva*

**Resumo:** Este trabalho aborda os processos de refundação de territórios por diferentes frentes migratórias para a região sudeste do Pará, ao longo do século XX, especialmente o contexto das disputas de territórios econômicos, políticos e culturais a partir da segunda metade do século XX. Uma primeira hipótese é a de que a migração está sendo construída como um dos mitos fundadores da região, como um critério cultural legitimador dos discursos de regionalização, isto é, a migração operando para produzir os sentidos das relações para “fora” e para “dentro” da região. Uma segunda hipótese é de que nas fronteiras culturais entre migrantes na região, o maranhense está sendo construído como o étnico, isto é, como participante marginal, inferior, o “outro” que uma suposta identidade regional não quer ver representada para os “outros” e nem reconhecê-la positivamente no seu “interior”.

**Palavras-chave:** fronteira cultural, migração, maranhenses, região sudeste do Pará.

### **Introdução**

O sudeste do Pará, situado na Amazônia Oriental brasileira, tem-se constituído no “cenário” de disputas de territórios econômicos, políticos e culturais, especialmente a partir da segunda metade do século XX. O contexto dessas disputas são as investidas capitalistas sobre os recursos naturais da região e as demandas e “lugares” assumidos pelos grupos regionais de migrantes que ali se encontraram. A *di-visão* da realidade e a dinâmica de identidades assumem, neste contexto, tensionamentos e conflitos nos quais as culturas dos diferentes migrantes participam desigualmente. Os discursos de identidades atuam para situar a região, especialmente o sudeste do Pará, em relação ao seu “exterior”, e também para demarcar e, simultaneamente, mascarar diferenças e desigualdades “internas”. Essas representações estão engajadas nas lutas de territorialização dos diferentes sujeitos socioculturais na região e são permeadas, especialmente pelas intenções de demarcar *posições* no processo de exploração capitalista dos recursos do território. Assim, as representações sobre os maranhenses como migrantes “despossuídos” (condição de existência social) e culturalmente “atrasados” estão engajadas na intenção de qualificá-los como força de trabalho braçal e em sub-empregos, inclusive, em condições análogas à escravidão, e também para “eliminar”/invisibilizar suas contribuições socioculturais. Esses discursos entrecruzam elementos de discriminação social e cultural que

estigmatizam os maranhenses como sujeitos que estão na história, mas numa condição rebaixada/desqualificada. Assim, uma das hipóteses presente neste trabalho é de que, nas fronteiras culturais entre migrantes na região, o maranhense está sendo construído como o étnico, isto é, como participante marginal, inferior, o “outro” que uma suposta identidade regional não quer ver representada para os “outros” e nem reconhecê-la positivamente no seu “interior”.

O estudo sobre as condições históricas que estiveram e estão tornando possíveis a construção do maranhense como o 'outro', no sudeste do Pará, apontam ainda para a construção da migração como uma noção instrumental de intervenção sobre a realidade sociocultural. O tema da migração tem sido objeto fundamental das lutas de representação<sup>1</sup> que se travam na região, visando classificar e ordenar a realidade. As formas de apropriação – usos e interpretações – desse tema variam nos diferentes momentos das frentes de migração e simultaneamente sofrem os recortes dos interesses de classe social, grupos sociopolíticos e das concorrentes “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1991, 183).

Os estudos sobre a “fronteira” na Amazônia Oriental brasileira tem privilegiado análises das fronteiras política (ênfase nas políticas do Estado), econômica (“fronteira de recursos”), social (fronteiras agrícola e/ou corporativista) e demográfica (BROWDER & GODFREY, 2006, 107). A fronteira cultural, como lugar de encontro e desencontros de diferentes culturas, ainda não tem sido, senão marginalmente, considerada nos estudos da migração e dos processos de territorialização dos migrantes na região. Assim, fazem-se pertinentes estudos que tenham como objetivos, inclusive, estabelecer as conexões entre a “fronteira cultural” e outros fenômenos das diferentes “fronteiras”, evidenciando a historicidade e a multiplicidade dos processos de construção de territórios pelos diversos sujeitos sociais.

Neste trabalho, o objetivo é construir uma interpretação sobre processos de discriminação e subalternização de sujeitos socioculturais, especialmente os maranhenses migrantes no sudeste do Pará, discutindo as representações e contextos dos discursos que afirmam e veiculam estereótipos e preconceitos, bem como, articulando-os às perspectivas de dominação político-econômica baseadas num modelo de desenvolvimento capitalista a partir de grandes projetos

---

<sup>1</sup> “Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, 183-184).

(minero-metalúrgicos e agropecuários). As fontes utilizadas neste estudo são, especialmente, material de jornal impresso e rimas de história e anedotas de domínio público.

### **As in(ter)venções dos começos...: a migração como mito fundador**

As migrações inter-regionais – de “brancos” – que levaram à ocupação do médio Tocantins, desde o início do século XX, propiciaram o encontro e o desencontro de culturas, especialmente de uma população afro-descendente nordestina, goiana e paraense. Mas, foram as migrações da segunda metade do século XX<sup>2</sup> que acirraram os antagonismos entre os diferentes grupos e interesses que se encontraram na região. Neste aspecto, antagonismos e conflitos matizados não apenas pela migração e pelas relações entre os diferentes no novo espaço, mas especialmente pelas disputas em torno da apropriação e domínio do território e seus recursos.

As diferentes frentes de ocupação e os sujeitos envolvidos adotaram estratégias concorrentes de (re)fundação do território. Um primeiro momento foi quando os “pioneiros” construíram os indígenas como o “outro”/étnico, visando “eliminá-los”, “apagá-los”, enfim, destituí-los de suas territorialidades.

Para os membros da sociedade maior os índios devem ser 'exterminados porque são selvagens'. Frequentemente êstes são dissimulados sob uma outra forma: 'os índios devem ser civilizados'; isto é, perderem o controle de suas terras, serem reunidos numa gleba, onde se torne impossível a continuação de sua existência como povo. Para os regionais, a pacificação deve ser feita de tal forma que transforme os indígenas em marginais, pois já pressupõem ser impossível a sua transformação em mão-de-obra barata.

Êstes desejos de extinguir os silvícolas, quer biologicamente pelas chamadas expedições punitivas, quer socialmente por um tipo precário de proteção, são determinados por um mesmo objetivo: a posse da terra ocupada pelos grupos tribais (LARAIA e DA MATTA, 1967, 68)

Esse era o contexto da economia da castanha-do-pará e que institucionalizou, na região do médio Tocantins, uma estrutura de poder e prestígio tendo como figuras centrais o fazendeiro e o comerciante da castanha. Além das tentativas de transformar os índios em trabalhadores extrativistas da castanha, quase sempre mal sucedidas, as elites difundiam um discurso de que os índios eram uma grande ameaça ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, a sociedade regional, de uma maneira geral, reproduzia velhos estereótipos sobre os indígenas, identificados como “cablocos”: “índio é indolente, sujo, traiçoeiro e ladrão” (LARAIA e DA MATTA, 1967,

---

<sup>2</sup> Essas migrações ocorreram no contexto da implantação de infra-estrutura rodoviária, da propaganda da colonização agrícola, da instalação de canteiros de obras, especialmente a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e a implantação do Projeto Carajás, e da descoberta da mina de ouro de Serra Pelada.

61). O chamado processo de pacificação dos índios do médio Tocantins, levado a cabo a partir da década de 1920, exatamente quando intensificou-se a exploração dos castanhais, foi extremamente desfavorável aos povos “nativos”. No início da década de 1960, quando os antropólogos Roque Laraia e Roberto Da Matta realizaram pesquisas junto aos grupos Gavião, Suruí e Assuriní, suas conclusões foram pessimistas: sentenciaram que estavam em processo de extinção como grupo, devido à despovoação e à submissão pelos regionais: “a estrutura econômica regional só abriu aos índios uma perspectiva: a de serem trabalhadores regionais. [...] A outra porta que também lhes foi aberta foi a de se tornarem mendigos nos núcleos regionais” (LARAIA e DA MATTA, 1967, 124-125)

É no contexto da disputa com os indígenas pelas terras e os recursos naturais que fundam-se as narrativas dos “pioneiros” como migrantes fundadores do território. Uma refundação que se fez pela “eliminação”/apagamento dos indígenas das terras e da história do médio Tocantins. O “bago” fundou um novo território numa “desconhecida terra de ninguém”.

Mas, para enfocá-la desde os tempos pioneiros da conquista da desconhecida terra de ninguém – a zona fisiográfica do Itacaiúnas – preferimos chamá-la simplesmente castanha, ou, mais simplesmente ainda 'o bago' [...]

- Vou pro bago! Grito de guerra solto no agreste goiano e nos tabuleiros do Maranhão, e, também, pelos beiradões do Tocantins e do Araguaia acima, nos confins onde cochilava a velha cidade de Frei Gil Vila Nova, a dominicana Conceição do Araguaia.

[...]

- Olha o bago moçada!

E, a este grito, os patrões sertanejos deixavam as fazendolas, os 'comércios', os engenhos e as lavouras, e, de mistura com os castanheiros, desciam o rio na cabeça das enxurradas. As primeiras levas, mais numerosas, desciam o Tocantins, vindas de Boa Vista, agora Tocantinópolis, de Santo Antonio, que é agora Itaguatins, e engrossavam no porto de Imperatriz. Eram as caboeiras de Simplício Moreira, dos Maranhão, dos Lopes e dos Milhomem, dos Chamon e de Isaac Araújo, famoso por causa do 'Ciriqueira Campos', ou Cerqueira Campos, desconforme batelão capaz de engolir 300 barricas! E vinha também a caboeira dos Mórba de seu Guimarães.

Vinham em esteiras largas sobre o dorso do rio, marcando os mesmos pousos, de sorte que a 'miunçaia' não chegasse à frente dos patrões acomodados nas capitâneas, comandando a marcha. Eram batelões de dez vogas, 'reboque' de quatro remos, montariões com jacumanzeiro e dois no banco do meio, e ainda os solitários, aqueles que viajavam sozinhos, na cadência dos rojões de viagem longa. Eram espécimes que se destacavam pelo comportamento e pela produção nos castanhais. Mereciam consideração (MORBACH, 1984, 118-119).

Nessa narrativa, pioneiros não são todos os migrantes! Há gradações. Mas, ela reconhece como pioneiros – ainda em 1984 – aqueles migrantes oriundos do antigo norte de Goiás e do Maranhão. Por isso, essa frente de migração tem suas histórias dignificadas na memória social local, mesmo após as “refundações” posteriores. Mas, diferente das representações que se contruíram depois, nas últimas décadas do século XX, sobre os migrantes maranhenses na

região, essa narrativa serve, inclusive, para reproduzir a hierarquização entre os migrantes procedentes do Maranhão nas diferentes frentes de ocupação da região.

Os povos indígenas também elaboraram suas representações desse contato com os “brancos” e dos conflitos que dele decorreram. É certo que assumiram em certos níveis a vitimação, afinal ela era “real” no sentido de como foram atingidos pela morte decorrentes das epidemias e das “caçadas punitivas” empreendidas pelos regionais. Mas, também desenvolveram usos e interpretações das situações vivenciadas, como se percebe dessa narrativa – *O dilúvio na mitologia gavião* – colhida e registrada por Hilmar Kluck, sertanista que atuou na “pacificação” dos índios dessa região.

No início do mundo, os que viviam nas matas, além de roças caçavam para sua sobrevivência. Havia um enorme tatu que estava deitado em cima de todas as águas do mundo, deixando fluir somente o necessário para as necessidades dos homens, dos animais e da flora.

Mas chegou uma época em que a caça escasseou, passando alguns a viajar para muito longe a fim de conseguirem alguma, estes homens ativos e diligentes eram os ancestrais dos atuais gavião. Outros, mais preguiçosos, começaram a murmurar que iam matar o tatu das águas, que estava bem ali à mão.

Protestaram os bons contra esta atitude, mas em uma caçada particularmente longe e demorada, não puderam vigiar muito bem os preguiçosos, que mataram o tatu das águas para comê-lo. Imediatamente, as águas saíram em incontrolláveis borbotões, começando a inundar toda a face da terra.

Os preguiçosos, temerosos da ira dos bons (os gavião), subiram nas árvores que desciam em grande quantidade nas águas e desapareceram. Ficaram os gavião e outros índios bons, que habitavam as matas assim que as águas baixaram.

E, dizem os atuais índios gavião, os maus e preguiçosos que haviam fugido em árvores, voltaram novamente em cima de madeira, as canoas, para tornar a atrapalhar a vida dos gavião. No rol dos maus e preguiçosos, estamos nós, os civilizados, já que começamos a penetrar no interior das matas, tripulando canoas de madeira.

Nada lisongeiro para nós... E é curioso que os gavião nunca se consideraram pacificados por nós, ao contrário, em suas palestras referem-se à época em que 'tú ficou manso com nós'. É isto aí, um descendente dos primeiros preguiçosos do seu gênese, não poderia nunca ser um pacificador, mas sim um amansado, alguém que os gavião conseguiram despir de alguns maus instintos (KLUCK, 1984, 165-166).

Essa narrativa, se “nova” ou ancestral mitologia Gavião, fez de seu uso pelos Gavião do médio Tocantins um flagrante meio de significação das novas relações e posicionamento frente aos “brancos”. Além de pacificadores, os Gavião também reproduzem certas representações negativas sobre os “brancos” que indicam que eles têm menos direito ao território e seus recursos. Os indígenas também procuraram fazer usos estratégicos dos estereótipos que a população regional lançava contra eles. Segundo Laraia e Da Matta (1967, 122-123), os Gavião utilizavam o estereótipo de “ferozes e assassinos” para “escarnecer os regionais, tomar seus objetos e os agredir quando de sua passagem pela aldeia”. Para isso, eles forjaram a expressão “fazer caboco brabo”, “significando com ela o conjunto de ação que tomam deliberadamente no

intuito de amedrontar os eventuais trabalhadores de castanha ou caçadores que tenham esquecidos as histórias contadas na região com relação aos ataques dos Gaviões” Além disso, faziam uso seletivo das categorias que lhes eram atribuídas, “excluindo aquelas totalmente negativas (preguiçoso, sujo, covarde, etc...) e fazendo valer somente as que podem mascarar a sua situação de quase mendigo dentro da estrutura econômica regional e que lhe proporcione alguma vantagem” (LARAIA e DA MATTA, 1967, 124).

Uma segunda in(ter)venção de territórios aconteceu a partir da década de 1970. Neste contexto, os usos e as interpretações da migração pelos sujeitos migrantes e pelos “regionais” que já se encontravam na área constituem parte importante das lutas de representação. Esses últimos são “confundidos” com os “caboclos” e a civilização será obra dos migrantes do Centro-Sul do país. A elite local que, pelos jornais, dá voz a essa versão certamente se via separada dessa “gente” que tinha-se formado nas margens dos rios e ciclicamente embrenhada nas matas. A partir daí prevalece o discurso do “bandeirante” como aquele que funda ou deve fundar o “novo” território, isto é, a narrativa da colonização<sup>3</sup>.

“Há poucos anos atrás, era Justo que se encontrasse, nas margens do Tocantins, o homem denominado 'CARAJÁ'. Bastava ser analfabeto e não saber se vestir bem, para ser um 'CARAJÁ'. UM BAIANO SEM SER DA BAHIA ou o caboclo na expressão mais vulgar. Agora o homem está voltando ao HUMANO”.

(CANDIDO SÁ. Transamazônica humanizando. *Itatocan Jornal*. Marabá, dez. 1971, edição do Natal, p. 2).

“O amazônida, despertado pelas trombetas da Civilização, vai desmentir sociólogos e historiadores, unindo suas forças e sua coragem e sua experiência do sulista à bravura e perseverança do nordestino [...] Já era tempo de o Sul vir de encontro ao Norte”. (BARROS, João Maria. Futuro e Grandeza. *Revista Itatocan*, Marabá, jan. 1971, ano 8, n. 1).

São narrativas de disputas de territórios nas suas dimensões físico-econômica, política e cultural. No discurso, acima, sobressai o objetivo de promover a (des)territorialização dos *nativos* nessas três dimensões. Ele deverá ser (ou está sendo) destituído do seu território físico e “superado” pelos agentes socioculturais da “civilização”, enfim, “apagado” da história pela destituição de suas territorialidades. No caso dos migrantes pobres, a dinâmica *imaginada* por esse mesmo discurso é aquela na qual deve predominar uma territorialização apenas precária desses sujeitos no novo espaço. Já a idealização do modelo civilizacional, supostamente representado pelos migrantes do Centro-Sul, constitui-se na representação de um *outro* que funda

---

<sup>3</sup> A narrativa da colonização da região Norte do Brasil (especialmente os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia), neste período, guarda os mesmos sentidos. Segundo Guimarães Neto (2005, 520), a palavra colonização deseja uma positividade, que “traduz políticas de dominação nas quais a principal questão é a disputa pela terra e nas quais se estabelece o direito de quem nela pode fixar-se, trabalhar e projetar o seu futuro”.

(ou deve fundar) o *novo* território.

Os novos empreendimentos econômicos demandavam trabalhadores e também a “eliminação” daqueles, real ou potencialmente, concorrentes pelo território e seus recursos. O que se viu construir desde então, especialmente a partir da década de 1980, foi o rebaixamento moral e social e a inferiorização cultural de determinados grupos de migrantes. O “outro” é agora também migrante dessa nova frente de ocupação, mas não é o “bandeirante”. Os discursos da migração começam a operar para produzir os sentidos das relações para “fora” e para “dentro” da região. A migração é um mito fundador! Ela tem se constituído no principal critério cultural para justificar discursos de regionalização, especialmente aqueles comprometidos com a criação do Estado de Carajás. Nessas pretensões, as fronteiras próximas – e os “outros” – são constituídas pelo norte do Pará e o Maranhão.

Assim, neste novo contexto, ocorreu o deslocamento do indígena como o étnico e a migração produz um novo “sujeito” para ocupar esse lugar. De um lado, a migração ganha sentidos altamente positivados quando trata-se de definir a região em contraste com o norte do Estado do Pará. A migração converte-se no critério cultural de identidade regional, instrumento mobilizador dos sentimentos de pertencimento de uma população socioculturalmente heterogênea. Por outro lado, a migração, internamente, é construída como um problema quando trata-se da migração e dos migrantes pobres, especialmente maranhenses e nordestinos. Desde então, os maranhenses passaram a ser demandados como mão-de-obra, quando a (re)fundação do território - “eliminado” o índio - tornava “imperiosa” novas classificações sociais que designasse aquele a ser “etnizado” e fornecesse os 'braços' para os trabalhos mais penosos e degradantes de exploração econômica – as atividades que “possuíam” o território.

Mas, nem os indígenas, nem os migrantes pobres se comportaram apenas como vítimas deste novo processo de “refundação”. Instituídos como sujeitos coletivos participam nas lutas sociais que se travam na região. Os indígenas não só conquistaram o reconhecimento dos seus direitos territoriais, como também procuraram acessar outros direitos. Também a luta pela terra de parcela significativa dos compositores migrantes têm alcançado outros patamares de direitos que politicamente pode-se classificar de luta pela reforma agrária. Atualmente, são aproximadamente 500 Projetos de Assentamentos da reforma agrária existentes nas regiões sul e sudeste do Pará.

**Os migrantes maranhenses no sudeste do Pará: *povo que desce do trem e vira bonde?***

O Maranhão vive mais um capítulo dramático de sua história. [...]

O *aquecimento* Maranhão interessa ao Pará. Não há a rigor, uma fronteira – cultural, ambiental, social e econômica – entre os dois estados, senão algumas centenas de quilômetros depois dos limites geográficos entre as duas unidades da federação, para todos os quadrantes. [...]

Mata-se lá, refugia-se aqui. Sequestra-se aqui, esconde-se lá. Planta-se lá, fuma-se aqui. Devasta-se em toda a região. E Por aí vai. E volta.

[...] O fracasso do governo Lago vai aumentar a demanda pelos assentos das quentes e poeirentas composições da Vale. E o governo do Pará nem discurso tem para receber o povo na estação. [...]

Mas é a assistência social das prefeituras que se vira, ouviram? E esse povo, sabe-se, depois que desce do trem vira bonde, quase no sentido carioca da expressão (Juvêncio Arruda, blog Quinta Emenda, em 10/01/2008, publicado por Ademir Braz. O bonde do Sudeste. *Correio do Tocantins*. 19 a 21/01/2008, p. 2, Cad. 2).

A migração dos maranhenses ao sudeste do Pará efetivamente ocorre numa área geográfica contígua pelas suas características de fronteira agropecuária e mineral. Mas, apesar disso, reproduzem-se outras fronteiras, especialmente aquelas que se tem construído nos imaginários sociais sobre o Maranhão e sobre os maranhenses migrantes.

Figueiredo (s/d, 12) afirma que ocorreu, na segunda metade do século XX, a invenção do Pará no Maranhão que era baseada em representações que comparavam este último com o primeiro. No Maranhão, escassez de terras; trabalho subordinado ao dono da terra; terras fracas, que produziam pouco e não havia mais “mata”; não havia garimpo; pouca oportunidade de emprego. No Pará, abundância de terra; trabalho liberto; terras férteis, que produziam muito, ‘matas’ disponíveis à caça e ao extrativismo; garimpo como alternativa de renda; abundância de empregos na CVRD ou subcontratadas.

Mas, a migração de maranhenses não se tem dirigido apenas ao sudeste do Pará. Atualmente, Maranhão, Pernambuco e Bahia são os principais estados de onde têm originado as migrações, principalmente de mão-de-obra, para as regiões Sudeste e Centro-Oeste brasileiras. Segundo Ribeiro e Silva (2005, 412), estes têm sido “representados por aqueles migrantes de baixa qualificação e desempregados que se dirigem principalmente para municípios de São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo e Pará”. Esses “fluxos migratórios no país, no período 1991-1996, é resultado indicativo das novas áreas de interesse do capital e as suas necessidades de força de trabalho” (RIBEIRO e SILVA, 2005, 416). Além disso, o Maranhão e o Piauí têm sido os principais fornecedores de mão-de-obra submetida a regimes de trabalho escravo na Amazônia Oriental brasileira, especialmente na atividade econômica da pecuária no sudeste do Pará (CEJIL, CPT e WITNESS, 2006; REPORTER BRASIL, 2007).

Segundo o próprio governador do Maranhão, Jakson Lago, “em pouco menos de dez anos, no período de 1994 a 2002, quase um milhão de maranhenses deixaram suas famílias para trás e foram tentar a vida em outros Estados, muitos deles nas plantações de cana no interior de



São Paulo” (Jackson Lago. O Maranhão e o Etanol, *Valor Econômico*, 08/04/2007, disponível em [www.jornaldaciencia.org.br](http://www.jornaldaciencia.org.br)). Os críticos do modelo de desenvolvimento econômico implantado no Maranhão, em geral, apontam como determinantes das migrações o processo de concentração das terras, na década de 1970, a partir da chamada “Lei Sarney de Terras” (Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969) e o atual uso do território destinado ao agronegócio e às atividades de apoio aos empreendimentos industriais siderúrgicos.

O projeto modernizador origina-se em meados da década de 1960, quando José Sarney assumiu o poder prometendo um “Maranhão Novo” e começou a gestar um esquema de administração centrado, na primeira fase, no incremento do latifúndio. Utilizando-se do instrumento jurídico da Lei de Terras (1969) e da Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), de 1971, o Esquema Sarney montou a estratégia para entregar uma vastíssima extensão de terras devolutas do Maranhão aos grandes grupos econômicos do Brasil. [...] Na década de 80 do século passado, novos agentes econômicos entraram em cena: os grandes projetos minero-metalúrgicos.[...]

O início do século XXI é marcado por um ousado projeto que visa transformar a Ilha de São Luís no maior produtor de aço do Brasil. O Pólo Siderúrgico encabeçado pela corporação chinesa Baosteel, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), é festejado pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de São Luís. [...]

Do sul do Maranhão à Ilha de São Luís, o projeto de modernização do campo e a era do aço podem agravar a situação dos indicadores sociais, ao invés de invertê-los, como acreditam seus defensores. A lógica do aço vai reeditar o filme da expansão da fronteira agrícola, que fez daqui um centro exportador de tensões sociais para a região amazônica e sul do Pará (Wilson Araújo. Siderurgia, camarão e soja: para onde vai o Maranhão?, publicado em 10/01/2006, disponível em [www.forumcarajas.org.br](http://www.forumcarajas.org.br)).

A visão do Maranhão no sudeste do Pará, destacando seus indicadores sociais, contribui para a construção e a circulação de uma imagem que inferioriza aquele território e sua gente. Este enfoque marca o Estado e seus habitantes – e assim, os maranhenses migrantes – pela pobreza, enfim, pela condição de despossuídos econômicos.

Em 2004, o *Diário do Pará* (14/05/2004, p 4, Regional) noticiou: “Alta incidência de hanseníase preocupa – quase 500 pessoas são portadoras da doença em Marabá, grande parte vindas do Maranhão”. Muitos dos problemas sociais, como altos índices de violência, questões de saúde pública e falta de moradia, são atribuídos aos efeitos da migração (dos pobres!). Em 2007, o *Correio do Tocantins* (9 12/02/2007, Caderno 3) publicou reportagens realizadas na região pelas revistas *Repórter Brasil* e *Problemas Brasileiros*. Numa das matérias – “Trem vem carregado de maranhenses” – abordava-se a problemática do “trem de maranhense”.

Homens de feições castigadas pelo sol da lida diária são tipos comuns no trem da Estrada de Ferro Carajás, cujos 892 quilômetros ligam Parauapebas (PA) a São Luís (MA). [...] 'A ferrovia é uma bomba de sucção de miséria. Muita gente sai do Maranhão só com a passagem de ida, sem qualificação nenhuma para exercer qualquer tarefa especializada' define o jornalista Lúcio Flávio Pinto [...]

Na verdade, esse fluxo ocorre há muito tempo, desde quando a linha de trilhos nem

sequer estava pronta. Na época de sua construção, no começo da década de 1980, era cena comum ver levadas de trabalhadores andando pelo caminho aberto por empreiteiras encarregadas da construção da ferrovia para atingir lugares onde se precisava de homens para tarefas pesadas (Carlos Juliano Barros. *Correio do Tocantins*. 9 a 12/02/2007, p 2, Caderno 3).

No mesmo ano, o *Correio do Tocantins* novamente publicou matérias da *Repórter Brasil* sobre a área do Projeto Grande Carajás. Os textos são de Maurício Hashizume que teria percorrido “os estados do Pará, do Maranhão e de Tocantins para montar a radiografia e destacar os desafios colocados para a região de Carajás”, destacando os contrastes entre mineração e pobreza, especialmente nos municípios de Marabá e Parauapebas.

Dados de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostram que a porção paraense da região de integração de Carajás possui uma população estimada de 481,2 mil habitantes. Os municípios mais populosos são Marabá, com 200 mil habitantes, e Parauapebas, com 95 mil habitantes. Os dois municípios são os principais pólos de atração para contingentes populacionais provenientes do Maranhão, de Tocantins e do Piauí, em busca de sobrevivência. Famílias chegam todos os dias à região. Duas vezes por semana, o trem de passageiros da CVRD que cruza a EFC transporta até 1,3 mil pessoas para as proximidades da mina de Carajás (Maurício Haschizume. Impactos atingem aldeias indígenas. *Correio do Tocantins*. 30/11 a 3/12/2007, p 2, Caderno 3).

Em maio de 2008, quando da interdição da Estrada de Ferro Carajás pelos garimpeiros, em Parauapebas, o jornalista Ademir Braz publicou o seguinte texto:

Com isso, deixaram de ser transportadas por dia 1.300 pessoas, que têm no trem de passageiros seu principal meio de transporte entre 23 municípios do Maranhão e do Pará; e ficaram sem transporte 285 mil toneladas de minério de ferro, fora os danos à sinalização e aos equipamentos da ferrovia. Na conta da Vale, a paralisação da EFC representa uma perda de aproximada de US\$ 22 milhões por dia para a balança comercial brasileira.

Bem, o choro é livre, mas há um aspecto positivo na questão: foram pelo menos 1,3 mil pessoas que deixaram de vir para a região (Ademir Braz. Saldos. *Correio do Tocantins*. 17 a 19/05/2008, p. 3, Cad. 2).

As representações que associam o trem de passageiros da Vale aos migrantes maranhenses são correntes e, não raro, expressam ressentimentos da “população local” sobre o incômodo dos “novos” despossuídos. Recentemente, o Conselho Tutelar de Marabá veio a público cobrar fiscalização da Vale nos trens de carga da ferrovia, porque crianças do Estado do Maranhão estariam viajando clandestinamente nos vagões de minério.

Levantamento realizado por eles [Conselho Tutelar] indica que as cidades de origem dessas crianças e adolescentes são: Açailândia, São Pedro da Água Branca, São Luiz e Pidaré Mirim, todas no trajeto ou na esfera de influência da ferrovia.

*Beto Jamaica* relatou [...] que a maioria dos menores que chegam ao município desta forma acaba ganhando as ruas e perambulando no entorno da própria Estação Ferroviária de Marabá. Ele explica que nesse locais, os seus direitos são violados, por causa da exploração sexual e de mão-de-obra infantil, do uso de entorpecentes, além das pequenas práticas infracionais (CLANDESTINOS – Conselheiros cobram fiscalização em trens de

Se esse povo vira *bonde* no sudeste do Pará? Há aqui uma enunciação que atua nos limites entre uma visão crítica do problema à uma marcação pejorativa, um rebaixamento moral e social desses sujeitos migrantes. Vira bonde porque é apenas força de trabalho, *instrumento* móvel de produção de riqueza, mas que dela não usufrui? Também porque sua *superabundância demográfica* na região resulta em inserções que poderiam ser caracterizadas como uma presença desordenada e indistinta? Em ambas hipóteses, sua existência – o trabalho – e seu destino – deixar de existir, tornar-se invisível, isto é, ser “apagado” assim que cumprido sua tarefa, de fazer o seu percurso, de ser bonde do “desenvolvimento” da região.

### **Por um “objeto” de estudo: a etnização dos migrantes maranhenses**

Na dinâmica de territorialização dos migrantes maranhenses no sudeste do Pará destacam-se dois mecanismos de desterritorialização: (a) a maioria tem sido mantida sem acesso a uma base física-material estável (terra, moradia digna...) e precariamente tem acessado os direitos de cidadania; e (b) a leitura que o “outro” (no local) faz do migrante maranhense, predominando representações de “rebaixamento” da identidade desses migrantes contribui para a sua desterritorialização cultural. São questões permeadas principalmente por recortes de classe social e étnico-cultural. No primeiro caso, devido a condição de ser migrantes das classes subalternas, representados como “despossuídos” econômicos.

As relações entre os grupos regionais de migrantes têm produzido e circulado estereótipos discriminatórios como aquele do maranhense sem alternativa, “sem perspectiva de vida nenhuma a não ser mexer com babaçu” e relaciona-se com as concepções de caboclo maranhense<sup>4</sup>, isto é, com conteúdos culturais construídos e circulados também noutros espaços, neste caso, no interior do próprio lugar de origem.

A questão dos maranhenses migrantes no sudeste do Pará revelam conteúdos de ressentimentos mútuos. Na sociedade local o maranhense é o “outro”, incômodo, traz a instabilidade, a insegurança, a pobreza, enfim, circulam sentimentos de desprezo, de aviltamento (rebaixamento moral, desvalorização, humilhação) que não só classificam, mas reproduzem generalizações e estigmatizam as experiências desses sujeitos. Os maranhenses se vêem como

---

<sup>4</sup> “As formulações feitas por VALVERDE e firmadas posteriormente por ANDRADE, institucionalizaram estigmas, que passam a classificar o denominado caboclo maranhense como ‘preguiçoso’, ‘indolente’, ‘desambicioso’, ‘estático’, ‘vencido’, ‘humilde’, ‘rude’, etc.” (FIGUEIREDO, s/d, 4).

trabalhadores que enfrentam (e enfrentaram) as “piores” condições de trabalho que “desenvolvem” a região, sentem-se discriminados e não reconhecidos. Seus discursos são marcados pela memória histórica da migração nordestina. De certa forma, dialogam com a noção de “expatriado dentro da própria pátria”(GUILLEN, 2000) e com a imagem que associa nordestino e migrante. Segundo Helion Póvoa Neto (1994, 20), essa associação e essa maneira de reconhecer o Nordeste constituem-se numa estigmatização e relaciona-se ao fato de que foi “efetivamente a região que, historicamente, mais contribuiu para as necessidades de força de trabalho da economia nacional”.

Na problemática da fronteira cultural<sup>5</sup>, em relação à diferença representada pelos maranhenses migrantes no sudeste do Pará, pode-se localizar, pelo menos, três situações interrelacionadas: (a) quando trata-se da frente migratória de primeira metade do século XX (“frente pioneira”), suas contribuições são assumidas como práticas do passado, como folclore – “a beleza do morto” (CERTEAU, 1995); (b) nas migrações das últimas décadas do século XX e início do século XXI, ocorre a marginalização e a invisibilidade de suas contribuições socioculturais, devido à contemporaneidade de sua presença e sua condição de existência social (migrantes “pobres”), bem como, seus aportes de matriz cultural negra; e, por outro lado, (c) tem ocorrido a visibilidade desses migrantes através de estereótipos que inferiorizam e estigmatizam esses sujeitos e suas experiências.

O que se propõe neste trabalho é a possibilidade da constituição de um objeto de estudo sobre os migrantes maranhenses, considerando a hipótese de que, desde as décadas de 1970 e 1980, está em curso um processo de etnização desses sujeitos no sudeste do Pará. O maranhense está sendo construído como o étnico, isto é, o participante marginal, o “outro”, num discurso social que aponta e designa aquele – migrante – a ser eliminado (KOLTAI, 2005), ainda que simbolicamente. Um dos “lugares” de circulação desse discurso são as anedotas e rimos de histórias. Por exemplo, nos textos abaixo, sobressaem representações correntemente reiteradas sobre os maranhenses migrantes e sobre o Maranhão.

- O que é um nada dentro do nada ouvindo nada voltando pro nada? É um maranhense dentro de um fusca ouvindo regue voltando pro Maranhão.
- Deus fez o mundo em seis dias; no sétimo dia o diabo riscou o Maranhão.

---

<sup>5</sup> Na discussão teórica da fronteira cultural, a partir dos estudos dos subalternos e estudos pós-coloniais, a cultura tem sido entendida como lugar enunciativo, um lugar de exposição e proposição, entendida não predominantemente como limite, mas como lugar de intersecção, entre-lugar, de negociações culturais e hibridismo. O projeto implicado nessa discussão tem sido o da crítica política e cultural contra os projetos hegemônicos (de dominação) e a visibilidade de narrativas dos subalternos (contra-narrativas), realçando o dinamismo da cultura e privilegiando os sujeitos históricos em seu protagonismo (BHABHA, 2003 e CABRERA, 2002).

- Porque cachorro não segue enterro de maranhense? Porque quem enterra merda é gato!
  - Por que cigana não lê mão de maranhense? Porque maranhense não tem futuro.
- (domínio público)

Essas representações afirmam que (i) o maranhense está na história, mas numa condição de existência humana rebaixada/desqualificada; e (ii) pior: é uma questão ontológica (imanente de seu ser), um estigma. Em geral, as pessoas consideram a recorrência do tema do maranhense nestes textos como algo natural – inclusive seus conteúdos discriminatórios – porque característico de uma prática discursiva (anedótica) que visa provocar o riso. A questão é que nas *piadas* veiculam-se, geralmente, um discurso proibido, isto é, não assumido oficialmente e, por isso mesmo, desliza-se mais facilmente fora dos espaços da crítica sociocultural. Segundo Possenti (1998), as piadas são interessantes para estudo porque geralmente abordam temas socialmente controversos, domínios discursos “quentes” que possibilitam reconhecer manifestações culturais e ideológicas.

A nomeação do maranhense como o “outro” inferiorizado num contexto em que quase “todos” são migrantes e mesmo os “nativos” são, em geral, provenientes da migração maranhense e nordestina, pode ser entendido em duas dimensões. Uma atitude de “defesa”, considerando que os maranhenses, historicamente, formam o maior grupo regional de migrantes, mas numa perspectiva racista porque a questão é como não se deixar “contaminar” com esse “outro”, íntimo e numeroso, mas que perturba com sua pobreza, sua *ignorância*, seu “destino singularmente punitivo” (SAID, 2007, 59). Articulado elementos de classe social, étnico-cultural e de procedência geográfico-regional, constrói-se um “outro” migrante, o escolhido como culpado pelos males circundantes, devendo, portanto, ser objeto de separação – se não *real*, pelo menos *imaginária*.

Afora uma situação de insegurança, devido às formas precárias de territorialização físico-econômico, política e cultural da maioria dos migrantes na região, uma segunda dimensão é aquela que atua, nesse processo que está construindo o maranhense como o étnico na identidade regional, como uma intenção de domínio, isto é, de uso do ato de nomear para dominar. Os projetos de interesses capitalistas disputam o território físico e seus recursos e também disputam a disciplinarização das mentes e contribui para a difusão de discursos racistas que visam o “rebaixamento” moral e cultural de parcelas da sociedade. Necessita-se de braços para o trabalho e de um excedente que, como tem ocorrido no sudeste do Pará, dispute entre si os postos de ocupação, muitas vezes extremamente precários. Assim, o *maranhense*, como o étnico, não é exclusivamente o sujeito migrante natural do Maranhão. Está constituindo-se uma categoria que nomeia e tende a abranger *todos* os trabalhadores, migrantes das classes subalternas,

especialmente maranhenses, nordestinos e paraenses.

### **Considerações finais**

A etnização não é apenas uma postura discriminatória diante da diferença representada pelo “outro”, é um processo de exclusão, de marginalização social que tem como aliado fundamental o poder de nomeação. E o ato de nomear é também um ato político, porque é “um ato de tomada de poder, de apossamento sobre o outro” (ALBUQUERQUE JR., s/d, 3).

Os processos de exclusão socioespacial e cultural não ocorrem desassociados de uma certa ordem socioeconômica capitalista predominante na Amazônia Oriental brasileira. E, neste sentido, pode-se falar de uma contiguidade dos processos de exclusão entre os territórios político-jurídico dos estados do Maranhão e do Pará. O processo desterritorializador desses grupos são, na origem e no “novo” espaço, portadores das mesmas condicionantes de um modelo expropriador das populações locais dos seus recursos de sobrevivência e concentrador das riquezas geradas.

No sudeste do Pará (mas não só!), está em curso um processo de disciplinarização – bem alinhado aos interesses do capital econômico – que pretende fazer crer que o Maranhão – para seus habitantes pobres – não tem outra alternativa a não ser fornecer mão-de-obra braçal em diferentes “fronteiras” dos projetos econômicos do agronegócio, da mineração, da siderurgia e outros. E, espera-se, por outro lado, que as populações locais de destino dos migrantes maranhenses, cumpram o seu papel de “defenderem-se” acentuando a marca que inferioriza e contribui para manter desterritorializado esses migrantes...*bondes!*

O que está sendo construído é um racismo como dispositivo social de dominação. Além disso, no caso do sudeste do Pará, porque esse *outro*, representado pelos maranhenses, coloca em xeque as pretensões de identidade regional. Como ressalta Koltai (2005, 180), sobre um dos aspectos da intolerância no mundo contemporâneo:

Tolerância zero, reclamam também aqui no Brasil os que vêm na miséria e na pobreza uma ameaça maior. Tolerância zero para todos aqueles que nos devolvem uma imagem de nós mesmos com a qual não podemos e não queremos lidar.

Nesse sentido, a migração é um problema e, em vários momentos, desde a década de 1980, políticos locais ou setores da imprensa fazem discursos ou proposições que visam “enfrentar” os problemas da migração. Em 1998, a vereadora de Marabá, Vanda Américo,

apresentou um requerimento na Câmara Municipal (nº 029/98), que solicitava à CVRD o controle de embarque de passageiros do Maranhão com destino ao Pará. Nesta ocasião, outro vereador, Guido Mutran, teria indagado “se será apenas a identificação ou se é triagem para proibir a entrada de nordestinos aventureiros. Retomando a palavra a oradora responde que será apenas a identificação, só o documento” (OLIVI, 2007, 58). Noutras situações, há a reivindicação de fechamento da cidade. Em 1983, uma matéria do jornal *Correio do Tocantins* (15 a 20/12/1983, p 4) pedia o fechamento da cidade aos migrantes. Em 2007, o vereador de Marabá, Adelmo do Sindicato, apresentou um projeto de lei para a construção de um muro em torno da cidade. Mas, se não é possível a separação física, como excluir os indesejáveis?

Uma questão que pode ser pensada é que a migração, talvez, mas que mito de “origem” pode estar sendo usada como uma metáfora, onde vários interesses podem fazer-se representar. Nesse sentido, ela manteria sempre presente – e atualizado – seu potencial operacional sobre a realidade.

Por fim, ressalta-se que não foi objetivo desse artigo a abordagem sobre as enunciações da cultura, as territorialidades construídas pelos migrantes maranhenses, e também sobre os usos e as interpretações que fazem esses migrantes dos estereótipos de que são objetos.

(\*) Sou doutoranda em história pela Universidade Federal de Goiás (UFG), sob a orientação da Profa. Dra. Olga Cabrera, e tenho realizado pesquisas sobre migração e cultura no sudeste do Pará, Amazônia Oriental brasileira, a partir da segunda metade do século XX. Este artigo foi escrito como requisito para a disciplina “Seminário Avançado de Pesquisa” do Programa de Pós-Graduação em História da UFG e apresentado no Seminário no dia 15 de setembro de 2008, tendo como professor-leitor o Prof. Dr. Danilo Rabelo (UFG). Agradeço a leitura e observações realizadas, numa primeira versão desse artigo, pelo Prof. Evandro Medeiros (UFPA/Marabá) e Airton dos Reis Pereira (CPT/Marabá). Meu email: [idelmasantiago@gmail.com](mailto:idelmasantiago@gmail.com)

## **Bibliografia utilizada**

- ABUD, Katia Maria. Somos todos bandeirantes! *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 34, p. 25-27, Julho 2008 (Dossiê Bandeirante).
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. As invenções e Representações em Torno do Semi-Árido – Implicações na Educação. Registro escrito de exposição oral em evento sobre educação no Semi-Árido. s/d, 23f.
- ANTUNES, Nara Maria de Maia. Caras no Espelho: identidade nordestina através da literatura. In: BURITY, Joanil A. (Org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DR&A, 2002, p. 125-139.
- BATISTA, Anagete M. *A diversidade étnico regional de Marabá*. 1992. 47f. TCC. (Bacharelado e Licenciatura em História). CFCH/UFPA. Marabá, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. Tema e significação na língua. In:\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. (Trad.) 2ª

- edição. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 128-136.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso na poesia e o discurso no romance. In:\_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética. (A teoria do romance)*. (Trad.) 3ª edição. São Paulo: Unesp, 1993, p. 85-106.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de M. Ávila, E. L. de Lima Reis e G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In:\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 107-132.
- BROWDER, John O. e GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Tradução de Gisele Vieira Goldstein; colaboração de Joscilene Souza. Manaus: Editora da UFAM, 2006.
- CABRERA, Olga. Las Culturas de Migración em las Fronteras Caribeñas: Caribe Insular y Brasil Caribe. In: CORTÉS ZAVALA, M. T., CABRERA, O., URIBE SALAS, J. A. (Coords.). *Región, Frontera y Prácticas Culturales en la Historia de América Latina y el Caribe*. México: Universidade Michoacana de San Niolás de Hidalgo; Brasil: UFG/CECAB, 2002, p 149-166.
- CARBONI, Florence e MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. Expressão Popular: São Paulo, 2003.
- CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 2ª edição. Imperatriz: Ética, 2000.
- CEJIL, CPT e WITNESS. *Aprisionados por promessas: a escravidão rural contemporânea no Brasil*. Brasil, 2006 (filme documentário, 17:18min.)
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. (Trad.). Campinas: Papius, 1995.
- CERTEAU, Michel de. Introdução geral. In:\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. (Trad.) 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 37-56.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 11(5), p. 173-191, 1991.
- FERREIRA, Ademir Pacelli. A psicanálise no terreno do outro. In: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 155-161.
- FIGUEIREDO, Roberta M. B. de. A constituição das identidades dos denominados “maranhenses” nos assentamentos da região de Carajás/PA. UFMA, 17f., s/d.
- GARCIA CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. (Trad.) 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2003.
- GUILLEN, Isabel C. M. “Expatriados dentro da própria pátria”: a migração nordestina para a Amazônia. *Travessia*. São Paulo: CEM, n. 37, p. 31-35, mai-ago., 2000.
- GUILLEN, Isabel C. M. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Ed. UFPE, 2006.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHAULHOU, S., NEVES, M. de S. e PEREIRA, A. de M. (Orgs.). *Histórias de cousas miúda: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 519-546.
- HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-44.
- KOLTAI, Caterina. Migração e racismo: um sintoma social. In: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 175-181.
- IBGE. Censo Demográfico 1980. Pará. *Dados gerais, migração, instrução, fecundidade,*



- mortalidade*. Rio de Janeiro, v. 1, t. 4, n. 6, p. 163-172, 1982-1983.
- IBGE. Censo Demográfico 1991. Pará. *Migração*: resultados da amostra. Rio de Janeiro, n. 6, p. 214-245; 270-289, 1996.
- KLUCK, Hilmar Harry. Quinta parte: Marabá e os índios da região; Marabá e seus homens; Fatos e episódios colhidos da tradição oral da população tocantina. In: MARABÁ. Prefeitura Municipal. *A história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização*. De 1892 até nossos dias. Ademir Braz et. all. Marabá, 1984, p. 129-223.
- LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- LIMA, Deborah de M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Cadernos NAEA*. Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.
- LOUREIRO, Violeta R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.
- MORBACH, Augusto. Os tempos pioneiros da Castanha do Pará em Marabá. In: MARABÁ. Prefeitura Municipal. *A história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização*. De 1892 até nossos dias. Ademir Braz et. all. Marabá, 1984, p. 118-123.
- OLIVI, Nilva Nogueira Fernandes. *Migração, identidade e conflito: um estudo sobre a discriminação contras os maranhenses em Marabá – Pará*. 78f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Colegiado de Ciências/Campus Universitário de Marabá/UFPA. Marabá, 2007.
- REPÓRTER BRASIL. *Escravo, nem Pensar!* Como abordar o tema do trabalho escravo na sala de aula e na comunidade. 2007. 126p. (Cartilha)
- PEREIRA, Airton dos Reis. *A cidade invisível de Marabá*. 30f. 2006. Texto Inédito.
- PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e Nordestinos no Brasil. *Travessia*. São Paulo: CEM, n. 19, p. 20-22, mai-ago., 1994.
- PRADO, Adonia Antunes e FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Violência, medo e resistência: depoimentos de três brasileiras*. s/d., 18f.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo e SILVA, Jorge K. Teixeira. Tendências na redistribuição espacial das migrações brasileiras no período 1991-1996. In: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 411-421.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Elchenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SANTOS, Fabio Lopes de Souza. Herói em construção. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 3, nº 34, p. 30-34, julho 2008 (Dossiê Bandeirantes).
- SCARAMAL, Eliesse. *Haiti: fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entrevista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 3, nº 34, p. 44-49, Julho 2008.
- SILVA, Idelma Santiago da. Trajetórias de vida e trabalho: migração e cultura numa região da Amazônia Oriental brasileira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS DO CARIBE NO BRASIL, 3., 2004, Goiânia. *Culturas híbridas no atlântico: Relações África-Ásia-Brasil-Caribe*. Goiânia: CECAB/FCHF/UFPA, 2004, 1 CD-ROM.
- SILVA, Idelma Santiago da. *Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*. 188f.

Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2006.

SILVA, Idelma Santiago da. Fronteiras culturais: alteridades de migrantes nordestinos e sulistas na região de Marabá. *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon, nº 15, p. 21-24, 2º Semestre de 2006.

SOARES, Luiz Eduardo e MV BILL. Entrevista – Diálogo de Classes. Revista *IstoÉ*. São Paulo, n. 1.852, p. 7-11, 13 Abril 2005.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.